

Temacast #60 – Plano Real

Link do episódio: <http://temacast.com.br/wp/temacast-60-plano-real/>

Participantes: Francisco Seixas - Igor Alcantara - Jorge Virgilio

[ABERTURA]

Francisco Seixas:

Muito bem, meus amigos, está começando mais um Temacast.

Aqui é Francisco Seixas e participarão deste episódio o Igor Alcantara:

Igor Alcantara:

Olá, ouvintes. Voltamos aqui com um tema mais atual e muito pedido, né? Duma época muito pedida.

Francisco Seixas:

E vai participar também o Jorge Virgilio.

Jorge Virgilio:

Olá, Francisco. Olá, Igor. Olá, ouvintes. E dinheiro na mão é vendaval.

Francisco Seixas:

Olha isso... Bom, este aqui é o Temacast número 60 e vamos falar sobre o Plano Real implementado em 94 e que acabou com a inflação, inaugurando um novo ciclo de desenvolvimento econômico no Brasil. Nós vamos para o cast agora, mas, é claro, não deixe de ouvir o bloco de emails e comentários na sequência...

[MÚSICA]

Francisco Seixas:

Mas antes de entrar diretamente no assunto eu quero fazer umas perguntas aqui para o Igor e pro Jorge. Então vou começar com o Igor.

Igor, você se lembra da época que antecedeu o Plano Real, cara?

Igor Alcantara:

Rapaz, eu não lembro do nome da moeda porque isso mudava muito, mas lembro de que um dia eu paguei 1000 reais pra pegar um ônibus, numa época em que tinha nota de 1 milhão até. Aí entrava uma nova moeda, cortavam 3 zeros e aí você já pagava 1 no dia seguinte, 1 sei lá o que, cruzeiro, cruzado, enfim, mas no final dava na mesma o poder de compra. E eu lembro de ter notas com um valor escrito nela, só que tinha um carimbo dizendo um outro valor e o que valia era aquele valor do carimbo, né? Eu lembro também na loucura que era eu ir com meus os pais no supermercado fazer compras. A gente pegava por exemplo uma caixa de leite no começo das compras, se no final da compra a gente voltasse pra pegar outra caixa, provavelmente o preço já era outro, porque tinha a maquininha do reajuste que ficava mudando o

preço durante o dia. E, pra finalizar aqui, na época dos congelamentos dos preços, numa das épocas, dos vários congelamentos de preço, eu lembro que minha vó tinha o maior orgulho de dizer que era uma “fiscal do Sarney”.

Francisco Seixas:

Pois é, depois disso virou um grande mico, né?

Igor Alcantara:

Pois é.

Francisco Seixas:

Mas escuta, oh, Jorge. E você, cara? Você era o quê? Um bebê, um feto, o que tu era nessa época? Você já ouviu falar de alguma coisa dessa época?

Jorge Virgílio:

Já era um pouco mais do que um feto, mas eu lembro pouco, né? Comparado com vocês eu lembro bem menos. Mas, eu lembro muito da sensação de viver naquela época, dessa correria, dos saques que existiam. Não sei na região que vocês moravam, mas eu sei que aqui no Rio de Janeiro, aqui na baixada, na Zona Norte do Rio de Janeiro, houve muitos saques de Supermercados, etc. E eu lembro dessa coisa de você estar no mercado e ter pessoas com maquininhas mudando o preço das coisas, inclusive até na mão das pessoas. Às vezes o cara chegava, você estava com um produto na mão e ele marcava um preço diferente. Então, essas lembranças daquela loucura que era viver naquela época eu me lembro. E também me lembro que quando entrou em vigor o plano real eu me senti uma pessoa extremamente pobre porque eu recebia uma mesada de dois mil de qualquer coisa e depois passei a receber um real. E que valia basicamente a mesma coisa

[RISOS]

Francisco Seixas:

Acho que nem era real. Era um alguma coisa.

Jorge Virgílio:

Quando mudou pro real, eu lembro que na época eu conseguia comprar com a minha mesada um Kinder Ovo exatamente.

Francisco Seixas:

Exato. Bom, gente, eu me lembro de muita coisa, nessa época eu já era adulto e tal. Mas só para dar um exemplo de como era a inflação nos anos anteriores ao Plano Real, eu vou citar aqui, tirado da minha carteira e trabalho, dois salários meus e suas datas. Em 01/06/1984, eu ganhava Cr\$676.393,00 (cruzeiros). Muito bem. É isso mesmo. Não estou mentindo. É Cr\$676.393,00 (cruzeiros). Muito bem. Um ano depois, em 01/06/1985, na mesma empresa e na mesma função, o meu salário foi para Cr\$2.354.835 (cruzeiros), ou seja, um reajuste de aproximadamente aí uns 350% em 12 meses! A coisa era muito braba nessa época.

Igor Alcantara:

E o poder de compra seu eu imagino que deveria ter sido o mesmo ou até menor, né?

Francisco Seixas:

Era a mesma coisa. No máximo a mesma coisa, cara. Pra ter uma ideia, meu dia do pagamento era dia 25 e eu recebia o pagamento e a primeira, primeiríssima, coisa que se fazia era ir direto para o supermercado comprar aquela chamada e famosa compra do mês, que eram os não perecíveis, né? Cereal, enlatados, tal, azeite, óleo, e deixava pra comprar no dia a dia só pão e carne e verduras, que são coisas perecíveis. Porque se você deixasse para ir dois dias depois do pagamento, já tinha perdido uma boa parte do seu poder aquisitivo. Mas vamos entrar no nosso assunto, então, que é o plano real.

[MÚSICA]

Francisco Seixas:

Muito bem. Quando Itamar Franco assumiu interinamente a Presidência da República no dia 29 de dezembro de 1992, imediatamente após a renúncia de Fernando Collor, a inflação acumulada nos 12 meses anteriores estava em 1.119%. Em 1991, ou seja, um ano antes, ela havia sido de 472%. Inflação anual, tá? E um ano antes, em 1990, foi de 1.621%. Também em decorrência da recessão, a arrecadação tributária não era suficiente para cobrir as despesas do governo. Como consequência, o quê que fez o governo? O Governo simplesmente mandava o Banco Central – que, na época, podia comprar títulos do Tesouro Nacional – que ele imprimisse o dinheiro necessário para fazer frente às despesas do tal governo, né? O resultado era um moto-perpétuo inflacionário. Uma herança maldita advinda lá do governo do Juscelino Kubitschek, que já havia construído Brasília a partir de dinheiro impresso para essa finalidade e do repasse do Tesouro Nacional às empreiteiras.

Entretanto, a origem mais profunda da crise dos anos de 1990 remonta ao início dos anos 1980. O componente desencadeador fundamental dessa crise foi a ruptura do padrão de financiamento do Estado nacional-desenvolvimentista, inaugurado por quem? Pelo Getúlio Vargas, e que foi aperfeiçoado pelo Juscelino Kubitschek e seguido a risca pelos militares que o sucederam, somado ao desequilíbrio das contas externas provocado pelo choque externo ocorrido entre 1978 e 1982, com a crise do petróleo e a consequente alta do preço do barril de petróleo, que repercutiram profundamente nas condições internas e internacionais de financiamento do setor público brasileiro e no déficit comercial brasileiro. A crise do petróleo obrigou os Estados Unidos a elevar enormemente as suas taxas de juros a empréstimos e a reduzir também de forma muito intensificada a compra de produtos da América Latina, o que elevou significativamente o já preocupante endividamento externo dos países desse bloco, atingindo principalmente o Brasil, o mais endividado de todos (que eu suponho que seja até hoje).

Em decorrência dessas mudanças no mercado internacional, o mercado financeiro brasileiro acentuou sua tendência antiga de concentrar as operações no curto prazo e a substituir créditos externos por financiamentos internos,

levando o país a uma verdadeira "ciranda financeira", ou seja, um país endividado financiando dívidas. Em 1982, a situação foi novamente agravada pela chamada Crise da Dívida Externa Latino-americana, quando o México decretou a moratória (que é um adiamento do pagamento da sua dívida, né?). Ele adiou, fez essa moratória por 90 dias, o que levou os bancos privados internacionais a cortarem o financiamento dos países endividados e a exigirem o pagamento imediato da dívida já contraída.

Além disso, desde o início do Regime Militar, o governo havia optado por indexar a economia brasileira como medida para contornar a inflação, herdada do governo do Juscelino, que chegava a 70% ao ano em 1964. Nos primeiros anos, essa indexação se limitava aos contratos financeiros, de forma que de 1964 a 1967 foi possível reduzir a inflação para um patamar fixo de 40% ao ano, através de uma política fiscal rígida. A indexação, em economia, é um sistema de reajuste de preços, inclusive salários e aluguéis, de acordo com índices oficiais de variação dos preços. Quando há inflação, a indexação permite corrigir o valor real dos salários e aluguéis e demais preços, reajustando-os com base na inflação passada. No entanto, essa indexação automática e sistêmica adotada pelos militares acabou se convertendo em combustível para o processo inflacionário brasileiro.

[MÚSICA]

Jorge Virgílio:

Pois, é, Francisco. E no Brasil, na época da inflação elevada nos anos 1970, os contratos de diversos tipos tinham cláusulas de correção que eram autoaplicáveis. Isso gerou na população em geral um comportamento inflacionário: transferia-se para o mês seguinte a taxa de inflação do mês passado, mesmo que não houvesse qualquer razão (de demanda ou de custo) para isso. Simplesmente as pessoas antecipavam a escalada de preços e salários aumentando o preço de produtos e serviços. Após o período do chamado "milagre econômico" (e aqui eu gosto só de fazer um comentário que em economia e em ciência em geral tudo que envolve milagre é perigoso, né?). Enfim, após o período do milagre econômico, onde o processo inflacionário era maquiado pela injeção de dólares conseguidos a juros relativamente baixos com os Estados Unidos, a bomba literalmente explodiu no colo dos militares. A resposta da equipe econômica brasileira a essa crise da dívida externa foi o chamado "ajuste externo", que foi introduzido ali no final de 1980, quando o governo executou uma série de medidas ortodoxas de combate à inflação, tendo como foco principal o déficit público, que implicava numa redução radical dos investimentos do governo.

E aqui vale uma explicação: em economia, são chamadas de "ortodoxas" as medidas econômicas que são apregoadas na maioria das escolas de economia. Aquilo que é o senso comum entre os economistas. Ou seja, o "pensamento neoclássico", que é predominante no estudo da microeconomia, e a chamada "síntese neoclássica", que é predominante no estudo da macroeconomia.

Francisco Seixas:

Então, espera um pouquinho. Para a microeconomia é empregado o “pensamento neoclássico”, certo? E para a macroeconomia a tal “síntese neoclássica”. Explica um pouco isso aí, Jorge. Como que funcionam essas coisas aí?

Jorge Virgílio:

Então, Francisco, o pensamento neoclássico, ele se baseia na chamada “lei da oferta e da procura (ou demanda)” e na “hipótese da maximização da função utilidade”, que é uma função teórica que mede o grau de “satisfação” ou de “felicidade” de um indivíduo ao adquirir um bem ou um serviço. Segundo essa hipótese, os indivíduos eles agem sempre no sentido de maximizar a sua “satisfação”. Enquanto isso, nessa dita “síntese neoclássica”, que é comum nos estudos macroeconômicos, ela mistura um pouco os métodos neoclássicos, lá da microeconomia, com as teorias macroeconômicas elaboradas pelo economista britânico John Maynard Keynes, o chamado “pensamento keynesiano”. Já as demais teorias – marxistas, socialistas, neoliberais, anarquistas, evolucionárias, feministas, pós-Keynesianas, escola austríaca, e o que mais seja – essas nós chamamos de heterodoxas, por serem defendidas por algumas escolas apenas e serem objeto de fortes críticas e até de disputas internas, né? Tudo aquilo que é muito novo ou radical em economia recebe o nome de heterodoxo.

Mas, continuando, a redução brusca nos investimentos das estatais, associada a outras medidas ortodoxas, ou seja, essas medidas mais convencionais, restritivas ao crédito e ao consumo interno, levou o país a uma recessão histórica, ali entre 1981 e 1983, que marcou o início do colapso do chamado Estado nacional-desenvolvimentista brasileiro e aquela política de substituição de importações (medida que obrigava o Brasil a “nacionalizar” toda a tecnologia empregada no país). Estava ruído, por assim dizer, o esquema de financiamento do investimento produtivo, que se estruturava no endividamento externo para investimento em estatais (direto e indireto), assim como nos subsídios do Estado ao setor privado brasileiro (os subsídios às chamadas “campeãs nacionais”). Ou seja, o Governo se endividava lá fora pra investir nessas campeãs nacionais aqui dentro e esse pacto é rompido.

Em 1982, o governo formalizou um acordo com o FMI, que é o Fundo Monetário Internacional, visando receber empréstimos emergenciais para pagar os compromissos com a dívida. Não era pra pagar a dívida, mas os juros da dívida. A orientação geral para a política econômica foi ajustar as contas públicas de modo a saldar as obrigações com os credores internacionais. Eu sei que parece óbvio, mas, para o governo brasileiro não é óbvio que ele precisa gastar menos do que ele ganha. No entanto, as políticas adotadas acabaram não reduzindo a inflação como esperado, e pelo contrário, serviram para agravá-la, além de terem aprofundado o desequilíbrio das contas públicas combinando perversamente o endividamento externo com o interno. Assim, a crescente dívida externa desequilibrou estruturalmente as finanças públicas brasileiras e esgotou o padrão de financiamento do “desenvolvimentismo”. O ajuste realizado pelo governo Figueiredo criou uma rachadura nessa estrutura de poder que sustentava o Estado desenvolvimentista desde a Era Vargas.

Lembrando aqui que o Estado desenvolvimentista não começa com o JK. Foi aperfeiçoado por ele, mas já tinha começado lá na era Vargas, né? Então...

A opção governamental de ajustar as contas públicas, resguardando os interesses do capital financeiro em detrimento da atividade produtiva pública e privada nacional, descontentou, evidentemente, o empresariado industrial brasileiro, também conhecido como capitalistas tupiniquins, que se sentiu atingido com essa medida. Isso atingiu igualmente setores da alta burocracia das empresas estatais e os seus assalariados. A massa de trabalhadores que não atuavam no funcionalismo público, os operários, os homens do campo, autônomos e pequenos comerciantes, estes nunca fizeram parte do pacto de dominação desenvolvimentista, criado ali pelo Vargas e gerido por JK e pelos militares. Mas essas outras duas forças, os capitalistas tupiniquins e a alta burocracia do governo, elas incluíam-se nesse pacto e não estavam satisfeitas com o seu fim. Essa situação de rachadura no pacto de dominação desenvolvimentista, que foi uma espécie de golpe branco iniciado em 1930 e radicalizado com a criação de Brasília, combinada com a crise do regime autoritário que já não conseguia segurar nem esconder a insatisfação popular, configurou uma crise de hegemonia numa aliança política que havia perdurado por 50 anos. A crise de hegemonia desse pacto de dominação, como nós estamos chamando aqui, que foi iniciada nos anos 80, começou a romper ali em 1980, teve também uma dimensão de crise ideológica, que dividiu ali a elite brasileira entre os que ainda defendiam as teorias desenvolvimentistas, e que queriam manter esse modelo, e os liberais, que desejavam alinhar a economia brasileira ao grande capital internacional, sob a égide dos Estados Unidos da América. Contudo, ao longo da década, forças políticas importantes do chamado partido desenvolvimentista foram se convertendo, de um ou outro modo, ao neoliberalismo estadunidense, hegemônico nessa época já no restante do mundo não socialista. Em especial, o empresariado industrial desenvolvimentista paulista, desde o advento da Nova República (que é a república que nós vivemos atualmente, inaugurada com o fim da ditadura militar), ele se incorporou, em grande parte, a esse partido liberal. Entretanto, a consolidação de uma hegemonia do pensamento liberal entre as diversas elites brasileiras no início dos anos 1990 não se refletiu numa radical alteração das relações entre Estado, mercados e sociedade, apesar da falência do modelo da estrutura de poder político nacional-desenvolvimentista, nem mesmo em SP. Velhos hábitos, como dizem, são difíceis de serem perdidos...

[MÚSICA]

Igor Alcantara:

Pois é, né? Até a reforma monetária de 1994, a hiperinflação era tão grave quanto difícil de ser resolvida. Eu lembro que a gente achava assim que era impossível resolver hiperinflação. E ela era grave, pois atingia um conjunto de atores e interesses, que abrangia desde a própria elite até a classe média e os mais pobres em geral. É difícil de ser resolvida, porque não havia consenso sobre o que fazer para superar essa hiperinflação. Embora o ideário neoliberal avançasse entre elites políticas e econômicas brasileiras, atores ligados ao velho desenvolvimentismo ainda estavam em cena, como era o caso do próprio Itamar Franco, que era partidário do nacional-desenvolvimentismo. E um

exemplo dessas dificuldades é, por exemplo, o FHC ter sido o quarto ministro da Fazenda em apenas sete meses de governo Itamar. Além disso, após a renúncia do Collor os partidos de esquerda, que eram contrários às reformas liberais, estavam fortes perante o eleitorado, conforme inclusive indicavam as pesquisas de intenção de voto.

O atraso brasileiro na execução do ajuste estrutural proposto pelo chamado Consenso de Washington desagradava ao FMI e também aos Estados Unidos, que via com maus olhos o crescimento da esquerda brasileira.

Francisco Seixas:

E o que foi esse tal Consenso de Washington, Igor?

Igor Alcantara:

Então, "Consenso de Washington" foi um conjunto de medidas composto de dez regras básicas, uma espécie de tabuleta dos 10 mandamentos econômicos, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. E elas são fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990 para promover o "ajustamento macroeconômico", segundo eles, dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

Para os teóricos de Washington, as ideias econômicas por eles defendidas formavam o pensamento que todos deveriam adotar se quisessem progredir (aquilo que Francis Fukuyama chamou de "o fim da História", porque a democracia neoliberal representava, segundo ele, mais uma vez, o ápice da evolução sociocultural da humanidade). Bom, inclusive, o Consenso de Washington, defendido pelo FMI, sugeria que os países extinguissem as suas moedas nacionais e adotassem o dólar americano (que inclusive foi o caso do Equador, que desde os anos 2000 não possui uma moeda nacional). E aqui, mais uma vez, vale ressaltar a enorme preocupação que os Estados Unidos sempre tiveram com o desenvolvimento da América Latina e da humanidade como um todo! #SQN **[IRÔNICO]**

[RISOS]

Jorge Virgílio:

Adotem todo mundo a minha moeda pelo bem da humanidade. **[IRÔNICO]**

Igor Alcantara:

É... isso! Da humanidade americana branca, fique claro. Mas, enfim, sem polêmicas, sem polêmicas. EU prometi antes de gravar.

Bom, apesar do Collor ter implementado políticas neoliberais como abertura comercial, desregulamentação financeira, desestatização, ajuste fiscal e criação do Mercosul, o seu governo acabou fracassando nas tentativas de estabilização da moeda. Mesmo após a implementação do medicamento receitado pelo "Dr. Washington", a inflação continuava descontrolada. Alguns

teóricos argumentavam que os fracassos dos Planos Brasil Novo 1 e 2, que popularmente ficaram conhecidos como Planos Collor 1 e 2, deveu-se principalmente a existência na sociedade civil de uma “coalizão inflacionária” formada por partidos políticos, corporações sindicais, membros da burocracia pública brasileira e certos setores do empresariado que eram beneficiados com a indexação de preços. Ou seja, grupos que lucravam com a hiperinflação. Que, aqui, isso é um comentário meu, é uma característica do capitalismo, né? Em crise, sempre alguém está lucrando. Nunca está todo mundo perdendo.

Francisco Seixas:

Como diz o outro, né, enquanto todo mundo chora, eu vendo lenço.

Igor Alcantara:

Exato.

Bom, um funcionário público federal, só pra citar um exemplo aqui, cujo salário era elevado em relação à média nacional, ele era reajustado com a inflação e possuía estabilidade na burocracia do governo, enfim, não poderia, naquela época ser demitido. Ele, esse funcionário público federal, poderia obter lucros imensos apenas adquirindo imóveis ou automóveis. Então vamos entender como é que acontecia isso. Bom, ele tinha um salário fixo e com isso ele conseguia adquirir um carro hoje e ele vendia esse carro meses depois por um preço várias vezes maior do que o seu valor original, por causa da inflação. Por isso, a hiperinflação era também um sério problema político. Mais que isso, a hiperinflação era um modelo de negócio pra muita gente. As mudanças que as agências internacionais queriam que o Brasil fizesse implicariam em alterações profundas, com custos e benefícios incertos, para agentes econômicos, elites políticas e assalariados dessa burocracia pública.

Enfim, resumindo, se a crise produzia riscos e incertezas, os caminhos da sua superação, também. Como a gente falou, eram mudanças muito grandes que eram propostas. Então, na dúvida, o pessoal pensava "continue lucrando com a crise". Esse era o lema, inclusive, do "politiburro" de Brasília na época, ou até hoje...

Francisco Seixas:

Sim. Senti uma certa ironia nesse politiburro que você usou.

Igor Alcantara:

Imagina! **[IRÔNICO]**

Francisco Seixas:

Fala sério! Fala uma palavra certa, por favor, vai. Politiburo de Brasília.

Igor Alcantara:

É, é esse político com pensamento a curto prazo só, e egoísta, obviamente.

Francisco Seixas:

De jumento.

Jorge Virgílio:

Só lembrando, que não eram só os políticos. Pior que isso acabou descendo para o povo de modo geral. Quem tinha uma renda que podia lucrar com essa loucura que estava a economia acabou adotando esse pensamento também.

Francisco Seixas:

Exatamente. Mas e daí, Igor, o que aconteceu?

[MÚSICA]

Igor Alcantara:

Mais que uma crise de governo era uma crise ampla do Estado, uma crise de hegemonia, de ausência de consenso político, que acabava minando a governabilidade desde 1980. O Collor surgiu justamente como uma terceira via; ele aliava um marketing político competente, que visava agradar a gregos e troianos, ou paulistas e baianos, liberais e desenvolvimentistas. Enfim, ele era meio que aquela via do meio ali, né?

Só que, se por um lado o famoso “caçador de Marajás” defendia as reformas liberais, por outro ele era oriundo das velhas elites políticas, que constituíam a ordem dominante e que sempre viveram às custas do Estado. Ele era dessas gerações de coronéis do Nordeste. Essas classes dominantes, no entanto, elas só aderiram à campanha do Collor no segundo turno porque eles tinham um medo gigantesco do Lula vencer. Um exemplo disso foi a declaração, isso ficou famoso, foi a declaração do que na época era o presidente da Fiesp, o Mário Amato, de que 800 mil empresários deixariam o país caso o Lula fosse eleito presidente. Enfim, esse número ele tirou sei lá de onde. Assim, embora o país tenha aderido a algumas políticas públicas neoliberais com Collor, ele o fez com bases políticas e institucionais bastante frágeis. Ou seja, não tinha um consenso de que aquele era o caminho a ser seguido.

Jorge Virgílio:

Esses 800 mil empresários, eles carregavam um pato? **[IRONIA]**

[RISOS]

Igor Alcantara:

[RISOS]

Acho que não, acho que não.

Jorge Virgílio:

Eles iam num pato de borracha pros Estados Unidos

[RISOS]

Igor Alcantara:

Devia ser um pato que tinha aquilo roxo. O pessoal da época vai entender a referência.

Mas, enfim... a gente pensa "não vamos provocar polêmicas", mas é difícil.

Vamos lá.

Só que essa crise, ela era tão intensa que mesmo sem ter base parlamentar e com laços frouxos com o empresariado tupiniquim, o Collor conseguiu aprovar no Congresso, num prazo bem curto, um plano de estabilização bem invasivo, que todo mundo lembra, que sequestrou do dia para a noite os ativos financeiros das contas de todos os brasileiros. Claro que de todos os brasileiros que não estavam sabendo do esquema. Porque quem soube sacou o dinheiro antes. Mas enfim. Os depósitos das contas correntes e das cadernetas de poupança ficaram bloqueados por 18 meses, deixando apenas um pequeno saldo disponível pra pessoa movimentar. E o dinheiro que sobrou para todos não era suficiente nem para comprar um fusca velho. Eu lembro do meu avô, por exemplo, ele estava com dinheiro para comprar um apartamento e aí confiscou e enfim... no final, não sei um monte de rolo que deu, não dava pra comprar nada no final do confisco. Enfim... Esse confisco tinha por fim a redução drástica do consumo por parte da população. Enfim, você tira o dinheiro de circulação, então reduz o consumo, na teoria, você reduz a inflação. Esse era o pensamento na época. Inclusive, a ministra da Economia dele era aquela que depois, a Zélia, que depois acabou se casando com o Chico Anysio.

Francisco Seixas:
Zélia Cardoso de Melo

Igor Alcantara:
Isso.

A ideia era que se as pessoas não tivessem dinheiro, ninguém ia comprar nada, e a inflação ia cair. Porque, obviamente, se o empresário não está vendendo, ele tem que reduzir os preços, e aí, até você chegar num preço de equilíbrio. Enfim, pra você ter uma inflação, inverter a inflação de demanda e ter aí um preço mais razoável.

A aprovação do Plano Collor no Congresso, que tinha amplo respaldo da mídia, foi uma prova da importância que a agenda da estabilização monetária tinha na nova democracia brasileira. Isso era realmente uma prioridade. Só que a impopularidade dessa medida e a desconfiança da elite brasileira quanto ao impacto do pensamento liberal na ordem política e social do país acabaram por levar a um processo de impeachment do Collor e na sua eventual renúncia, revelando aí a ausência de projetos consistentes para um país imerso na estagflação (que é como a gente chama o processo de estagnação econômica somado ao de inflação). Embora a renúncia do Collor tenha ocorrido sem rupturas institucionais e em um contexto de grande participação da sociedade civil, Itamar Franco assumiu o governo de um Estado que navegava sem rumo. Ou nas palavras de Caetano Veloso, sem lenço e sem documento...

[MÚSICA]

Francisco Seixas:
Desde o governo Figueiredo até Collor, ou seja, entre 1979 até 1991, nada menos que 12 "planos" de estabilização monetária foram produzidos,

envolvendo sete ministros da Fazenda diferentes. Era uma média de um plano por ano. Vários planos heterodoxos já haviam sido tentados desde meados da década de 1980: foram o Plano Cruzado (I e II) em 1986; o Plano Bresser em 1987; o Plano Verão em 1988/1989; e o Plano Collor (I e II) em 1990 e 1991, respectivamente. Todos envolviam congelamento de preços e os famosos cortes de zeros das moedas. Que foi aí que o Jorge se ferrou com a mesada dele.

Jorge Virgílio:
Que tristeza!

Francisco Seixas:
É, pois é.

No entanto, o governo apesar de congelar os preços continuava imprimindo dinheiro impavidamente, o que significa que nossos "geniais" burocratas restringiam a oferta ao passo que estimulavam a demanda. Olha só que coisa linda! O resultado é que ao final de cada plano a inflação de preços ressurgia com vigor assim de um pitbull que ficou preso 30 dias numa gaiola e depois soltaram no galinheiro, entendeu?

Nesse período, para vocês terem uma ideia, a moeda brasileira se chamou, preste atenção, Cruzeiro (1970-1986), Cruzado (1986-1989), Cruzado Novo (1989-1990), novamente Cruzeiro (1990-1992), depois Cruzeiro Real (1992-1994), que foi o ano em que entrou o real. E no primeiro semestre de 1994, já nas etapas de implementação do Plano Real, adotou-se um sistema bi-monetário, que abrigava simultaneamente duas moedas, o Cruzeiro Real e a Unidade Real de Valor (a famosíssima na época URV), cujo objetivo era servir de transição do Cruzeiro Real para a nova moeda do país, que era o Real (nome original, inclusive, da moeda brasileira desde o período colonial até ter sido alterada (por quem?) por Vargas para Cruzeiro durante o Estado Novo). Pode-se dizer que nesses 13 anos de plano atrás de plano de estabilização, o Brasil havia tentado literalmente de tudo para controlar a inflação, seguindo todas as teorias econômicas existentes na época, para desespero dos economistas brasileiros, e principalmente, do Banco Central. Um dos presidentes do Banco Central durante o governo Collor (de 1990 a 1991), era um turco naturalizado brasileiro chamado Ibrahim Eris, chegou a manifestar, inclusive, de forma muito perplexa que "não é a economia que está errada, é o mundo!", após o fracasso do Plano Collor 1.

Assim, quando o 13º plano de estabilidade monetária, que foi o Plano Real, foi apresentado no início do governo Itamar Franco, ele foi encarado com forte descrença por todos. Afinal de contas, por que a gente vai acreditar nesse mais um plano, já foram 12, agora chegou o 13º, porque que vai dar certo? Tinha motivo.

Jorge Virgílio:
Ainda por cima o 13º, que número infeliz.

Francisco.

Exatamente! E olha só: naquele momento, a maioria dos economistas já havia jogado a toalha, e havia até quem dissesse que a solução era devolver o Brasil para Portugal com um pedido de desculpas, dizendo assim “Erramos!”. Grupo esse que encontrava coro naqueles que diziam que deveríamos entregar tudo de volta aos índios com um pedido de “desculpa qualquer coisa”.

O Plano Real era composto de três fases: a do ajuste fiscal, a de criação de um novo indexador (que foi a chamada URV) e a de introdução da nova moeda (que no caso foi o Real). Uma quarta fase, que não veio detalhada, mas tinha suas diretrizes explicitadas, seria a das chamadas reformas estruturais (que era uma forma disfarçadinha, sutil, de se referir a um amplo processo de privatizações). As fases não eram meramente sequenciais ou lineares, ou seja, não terminava uma e começava a outra, elas se sobrepunham e envolviam a implementação e monitoramento de um conjunto de políticas econômicas, como, por exemplo, a continuidade da abertura comercial com fins anti-inflacionários iniciado pelo governo Collor.

A URV era uma dolarização disfarçada para a economia brasileira que visava corrigir um dos principais problemas do Plano Cruzado, o anterior, que foi a dificuldade de sincronizar a dança dos preços no Brasil com as variações diárias do dólar (isso tudo sem ferir os brios nacionais substituindo a moeda brasileira pelo dólar; muita gente ia ficar magoadinha. "Estão americanizando a nossa economia"). A URV foi lançada no dia 1º de março de 1994, valendo exatamente 1 dólar americano, e operou por 4 meses (de março a junho de 1994), com o objetivo de “URVerizar” todos os preços. Vamos substituir esse URVerizar por dolarizar os preços, já que tinha o mesmo valor que o dólar. Em outras palavras, pretendia-se com a URV que os preços variassem todos os dias de forma sincronizada e referenciada com o dólar. Além disso, devido a abertura comercial, a competição dos produtos importados com os nacionais forçou uma “racionalização” dos preços, obrigando as empresas brasileiras a reduzirem os preços que praticavam. Dessa forma, foi finalmente possível criar uma “âncora cambial” para o país.

A etapa fiscal do plano requeria também a imediata aprovação, por emenda constitucional encaminhada ao Congresso, de um Fundo Social de Emergência (FSE), formulado com a meta de alcançar equilíbrio orçamentário em 1994. Em síntese, esse tal FSE era uma desvinculação de 20% das transferências constitucionais para Estados, municípios, fundos regionais e algumas políticas sociais. A previsão inicial era cortar US\$ 16,1 bilhões do orçamento para destiná-los, sobretudo, ao pagamento das despesas com juros da dívida pública. Ao final, chegou-se ao montante de US\$ 15,5 bilhões. As negociações para a aprovação desse FSE, que não tinha nada de social, aliás, foram muito difíceis e envolveram a concessão de ministérios aos partidos da base governista, perdão de dívidas de grandes latifundiários, apoio a governadores que pretendiam se reeleger, concessões a Estados e municípios, etc, etc, etc.

Jorge Virgílio:

Existia isso, Francisco, nessa época? **[IRONIA]**

Francisco Seixas:

Sim, claro que sim, sempre existiu.

Jorge Virgílio:

Olha aí, gente? Pensei que tinha começado em 2003 **[IRONIA]**. Mas continue...

Francisco Seixas:

Pois é. Achou que tinha começado com o Lula. Não foi não.

Foi uma negociação que envolveu todo o setor político e contou com o apoio do empresariado. O Itamar Franco e vários de seus ministros, entre eles o próprio FHC, tiveram de mobilizar-se para que o FSE fosse aprovado pelo Congresso, em duas sessões unicamerais, em fevereiro de 1994.

Entretanto, o maior argumento usado por FHC para unir tantas forças políticas conservadoras e adversas em prol do Plano Real era que uma eventual estabilização monetária serviria de capital político contra o Lula, que aparecia em primeiro lugar em todas as pesquisas de opinião para a sucessão presidencial no início de 1994. Inclusive, por conta disso, uma das emendas constitucionais aprovadas durante o ano foi a da redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos. Caso o pior ocorresse, ou seja, caso o PT vencesse, o Lula vencesse as eleições de outubro de 1994, ao menos ele exerceria o governo por menos tempo. Assim, de uma forma muito irônica pra gente hoje, o medo de que o Lula viesse a se eleger acabou sendo o maior motivador da reforma monetária brasileira, a única coisa capaz de unir a velha elite brasileira em prol da modernização do Estado.

Jorge Virgílio

Olha aí, veja vc, Francisco, quem diria que o Lula teve uma participação direta no Real.

Francisco

Só que tem uma coisa, né, todo mundo que já pesquisou sabe, além de outras coisas, que o PT e o Lula foram contra, ele foi contra inclusive o Plano Real, né?

Jorge Virgílio:

Exatamente. Por isso que eu disse que foi curioso que de alguma forma ele tenha sido motivador da mudança, embora ele mesmo fosse contra a mudança. Embora depois ele tenha sido a favor do real. Enfim, essa confusão aí.

Francisco Seixas:

Exato.

[MÚSICA]

Jorge Virgílio:

Então, pessoal... Aprovada a fase fiscal por uma emenda na Constituição de 1988, entrou em vigor a tal da URV, que o Francisco mencionou. Mas logo após a implementação dessa primeira fase se desenrolou uma outra crise, que foi a chamada crise dos três poderes envolvendo o Executivo, Legislativo e Judiciário, que foi ocasionada pela tal da austeridade fiscal requerida pelo

Plano Real. Senadores e deputados federais decidiram se autoconceder aumento salarial. Uma coisa que hoje é impensável. **[IRONIA]**

Francisco Seixas:

Hoje não acontece mais, né? Hoje não existe mais isso. **[IRONIA]**

Jorge Virgílio:

Ficou no passado, ficou no passado, né? **[IRONIA]**

Desafiando o “arrocho fiscal” do Plano Real, os ministros do Supremo Tribunal Federal eles tentaram converter para a URV os seus próprios salários e os dos funcionários do Judiciário Federal utilizando cálculos diferentes dos propostos pelo Executivo. De igual maneira, agiram os funcionários do Legislativo, que haviam sido os primeiros, inclusive, a realizar essa façanha. Posteriormente, foi a vez (de quem?) da Federação dos Militares Aposentados e Pensionistas implementarem por uma ação judicial a garantia de uma conversão, digamos, mais conveniente dos seus salários à tal da URV. A conversão dos salários do setor privado à URV, pela média dos últimos quatro meses, como tinha sido proposto, também provocou mobilizações no movimento sindical. Uma coisa que, né... Nossa! Imaginar que isso pudesse acontecer no Brasil **[IRONIA]**.

Mas, no entanto, o sindicalismo naquele contexto de desemprego estrutural já não tinha tanta capacidade de mobilização e isso acabou, de certa forma, facilitando o andamento da proposta de ajuste fiscal. Assim, após três edições e oitenta dias de discussões, a MP da URV foi aprovada em 20 de maio de 1994, iniciando-se assim o processo de desindexação da economia brasileira, que como nós já mencionamos, foi estabelecido 30 anos antes pelos militares. A essa altura, o FHC já havia deixado o Ministério da Fazenda para se dedicar à sua candidatura à Presidência da República, e ele já tinha ali ofertado a vice-presidência ao antigo PFL (que é o atual DEM - os Democratas). A aprovação da URV abriu o caminho para a entrada em circulação da nova moeda. Assim, em primeiro de julho entrava em vigor o Real, concluindo uma etapa fundamental do novo plano. Esse processo era essencial porque não seria possível estabelecer a confiança na nova moeda, se essa, já no dia do seu lançamento, tivesse o seu poder de compra depreciado, como havia ocorrido nos 12 planos anteriores. Era necessário um indexador que alinhasse os preços relativos para garantir que a inflação existente no Cruzeiro Real não contaminasse, digamos assim, a nova moeda. E o impacto desse plano de estabilização sobre a hiperinflação foi imediato: em poucas semanas, o Brasil conseguiu reduzir sua inflação mensal de 46,58%, que era a inflação em junho de 1994, para civilizados 6%, em julho do mesmo ano. Pra você ver o impacto que o plano teve: em um mês caiu 40% a inflação.

Essa imediata efetividade do Plano Real acabou mudando radicalmente o quadro eleitoral do país. E as pesquisas de opinião, que antes indicavam que Lula seria vitorioso, elas mostravam que como o eleitorado priorizava a solução dos problemas econômicos, com ênfase na estabilidade inflacionária, mais do que a redistribuição de renda, justiça social e *whatever*, isso acabou vencendo o candidato do plano real, que era o Fernando Henrique. Até por causa de uma ampla propaganda ideológica de que o combate à inflação precedia a solução de outros problemas econômicos e sociais. Que, aliás, não é somente uma

propaganda ideológica. Na verdade, isso é um fato. Não tem como você fazer justiça social se você não tem economia. Foi uma propaganda, evidentemente você tem que propagar a ideia, mas esse era o fato. Não dava pra fazer nada se não resolvesse esse problema primeiro. Então, até a primeira quinzena de julho de 1994, o Lula ele ainda sustentava o primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Mas, após o retumbante sucesso do Plano Real, porque foi um sucesso extraordinário, o Lula caiu vertiginosamente nas sondagens e o “pai do Real”, como o Fernando Henrique foi vendido pelos seus marqueteiros, se elegeu Presidente em primeiro turno, pela coligação PSDB-PFL-PTB, informalmente ampliada, como a gente sabe, por aqueles inúmeros outros partidos regionais...

E aqui só comentando para o ouvinte que quiser saber mais sobre essa questão de marketing político. A gente já falou sobre o Fernando Henrique querer ser vendido como pai do real, a gente fez um episódio sobre isso, que é o "Campanhas Eleitorais", então procura lá no nosso site ou então no nosso feed, pq a gente comenta um pouco melhor e em mais detalhes essa questão.

Francisco Seixas:

Mas oh Jorge, me diz uma coisa: afinal de contas, se não foi o Fernando Henrique Cardoso o papai do Plano Real, quem foi que inventou esse plano?

Jorge Virgilio

Bom, para adiantar, já podemos dizer, como você disse, que não foi o Fernando Henrique, que é sociólogo e não economista. Embora, Francisco, a gente tenha que falar que o Fernando Henrique foi sim importante, mas politicamente falando, pra implementação do real, por ter sabido manipular esse antigo medo de uma “revolução comunista”, ainda muito presente na elite brasileira, para forçar essa mesma elite a uma modernização liberal do Estado brasileiro. Se a elite brasileira não é comunista, ela também não é capitalista. Porque a elite brasileira sempre usufruiu dessa relação parasitária com o Estado, mas o risco da competição capitalista (que certamente evidenciaria a sua incompetência, ou seja, a incompetência das nossas elites) era muito menor do que o risco de uma possível reforma agrária ou pior ainda da desapropriação massiva dos meios de produção, em caso de uma, digamos, radicalização de um possível governo petista. Caso o PT chegasse no poder.

Francisco Seixas:

Cara, tu tá me enrolando, cara. Tu não respondeu a pergunta: Mas, se não foi o FHC o pai do Plano Real, quem foi, cara?

Jorge Virgilio:

Então, de fato o Plano não teve UM pai e sim vários pais. Os verdadeiros pais do Plano Real foi uma equipe de economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (popularmente conhecida como PUC-Rio), que fica localizada no bairro da Gávea, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e que por coincidência é onde eu me formei também. As teorias sobre inflação desenvolvidas na PUC-Rio a partir da década de 1980 influenciaram a implantação de todos os planos de estabilização entre 1986 e 1994, desde o Plano Cruzado até o Plano Real. Tais teorias se diferenciavam entre si e também sofreram mudanças se compararmos as concepções originais que

esses autores defendiam antes de submetê-las a diversos testes econométricos. A situação única da economia brasileira impunha desafios não apenas políticos, mas científicos. Não havia ninguém no mundo que soubesse lidar com tal situação. A crise inflacionária brasileira ela simplesmente não estava nos livros. Muitos dos elementos que os professores da PUC-Rio identificaram na crise brasileira não constavam nos manuais de economia ou, quando constavam, pelo menos não eram tratados como protagonistas.

Os testes empíricos realizados pelos professores André Lara Resende e Francisco Lopes, por exemplo, demonstraram que, no caso brasileiro, inflação e desemprego não se comportavam nos moldes da tradicional “curva de Phillips”, que é um dos pilares das teorias ortodoxas, que a gente citou lá atrás, que é uma curva que basicamente correlaciona a taxa de desemprego com a taxa de inflação. Segundo essa curva de Phillips, a correlação entre essas taxas, de desemprego e de inflação, é negativa: ou seja, o aumento do desemprego implicaria na redução da inflação e vice-versa. No Brasil, entretanto, ambas as taxas, de desemprego e de inflação, aumentavam em conjunto e em passos igualmente acelerados nessas décadas de 1980 e comecinho de 1990.

Francisco Seixas:

Exatamente. Eu vou pedir por Igor, então, falar um pouquinho e dizer pra gente assim: qual foi a importância dessa descoberta, Igor? Que esses caras tiveram aí.

[MÚSICA]

Igor Alcantara:

Essa descoberta, então, revelava porque todas as medidas tomadas até então de “apertos” de demanda e emprego haviam fracassado em controlar o processo inflacionário. Isso era causado devido à política salarial de indexação dos salários que “transmitia” a inflação do mês anterior para o mês seguinte, devido à correção salarial. Diferentemente do que acontecia em países como Estados Unidos e Reino Unido, onde o processo inflacionário é causado pela expectativa de oferta e demanda, no Brasil o processo inflacionário era inercial, devido à correção dos salários em função da inflação.

Francisco Seixas:

Mas, Igor, e na prática, por que a gente não conseguia debelar a inflação?

Igor Alcantara:

Como a política salarial do governo obrigava todos os salários a serem reajustados pela inflação, todo o custo de produção do país também aumentava (haja vista que os salários aumentavam), e esse aumento era repassado para os produtos e serviços, que por fim eram consumidos por esses mesmos assalariados, que mesmo com salário maior tinham o seu poder de consumo esfacelado, já que todo e qualquer produto ou serviço que ele pudesse adquirir tinha o seu preço igualmente reajustado pela inflação. Resumindo, basicamente é o seguinte: por causa da inflação, os salários eram reajustados; por causa do reajuste dos salários, os produtos ficavam mais

caros, porque os salários dos funcionários que produzem os produtos ficam mais caros, então o produto fica mais caro. Ai tinha mais inflação, aí reajustava o salário de novo. Um ciclo sem fim.

Essa descoberta ficou conhecida como “teoria da inflação inercial” e demonstrava que a política salarial, até então considerada desprezível para o processo inflacionário, podia ser significativa em países cujas taxas de inflação fossem demasiadamente elevadas. No Brasil, a inflação crônica herdada de JK tornou-se inercial a partir do final da Ditadura Militar, quando Figueiredo radicalizou o processo de indexação formal da economia brasileira, iniciado em 1964. No início do regime militar, a indexação afetava apenas os contratos financeiros, mas a partir de 1980, com o Figueiredo, mais uma vez, todos os preços passaram a ser indexados pela inflação passada, efeito conhecido como “memória inflacionária.” E esse processo culminou numa alta inflação inercial onde inflação e desemprego evoluíam de forma independente.

O problema econômico fundamental para o Brasil a partir de 1983, quando a taxa de inflação alcança 200 por cento ao ano, era como controlar isso.

Embora todos concordassem que o problema residia na inflação inercial devido a indexação, havia discordâncias em como promover a desindexação da economia. O professor Francisco Lopes, que já foi citado aqui, por exemplo, ele defendia a desindexação via congelamento de preços. Muitas das ideias de Lopes foram publicadas no livro “O Choque heterodoxo: Combate a inflação e reforma monetária”, publicado em 1987, baseado em suas experiências como membro das equipes que elaboraram os Planos Cruzado e Bresser. Ideias, aliás, que serviram de referência não só no Brasil, mas também na Argentina e em Israel, que viviam fenômenos semelhantes.

A ideia do congelamento de preços era em sua essência a de “zerar” essa memória inflacionária. O professor Lara Resende e o professor Pérsio Arida, no entanto, analisando os resultados obtidos pelas medidas de Lopes no Brasil e no exterior, desenvolveram a já citada “proposta Larida” (se você não percebeu, é a mistura do nome dos dois), que apontava que a desindexação da economia brasileira deveria ser feita a partir de uma moeda paralela. Para Lara Resende e Arida, o congelamento de preços “engessava” o processo de autorregulação do mercado devido à falta de sincronia no ajuste dos preços, e isso gerava distorções tão grandes quanto aquelas causadas pela própria indexação. A gente pode pensar aqui na ideia da nova moeda como um “congelamento gradativo” dos preços, através da conversão diária da moeda velha para a nova, desacelerando, assim, a circulação da moeda nova, possibilitando a ressincronização do reajuste de preços da economia como um todo até a efetiva substituição da moeda velha pela nova.

[MÚSICA]

Jorge Virgilio

Vou falar um pouco da minha área, que é a engenharia elétrica, a gente tem um problema muito similar em transmissão de energia elétrica que é que você sempre tem que sincronizar a energia que está sendo gerada naquele

momento com a energia que está sendo consumida naquele momento. Só que isso, que parece ser um problema simples, é um problema extremamente complicado porque a nossa carga é tudo que as pessoas estão utilizando. Então toda vez que a pessoa acende, apaga uma luz, liga uma TV, liga um equipamento em casa ou numa fábrica, isso altera a carga total do sistema e altera o quanto de energia que eu tenho que gerar e isso acontece aleatoriamente o tempo inteiro. Até um dos motivos pelo qual muitos engenheiros eletricitas acabam trabalhando com economia é porque o problema da economia é o mesmo porque você tem sempre que estar reajustando os preços e você não pode ter uma liquidez muito grande na economia, que não seja compatível com os preços e com os produtos que você está ofertando, entendeu? Então é por isso que esse problema da sincronização é um problema muito grave. Tanto que no sistema de transmissão de energia a gente utiliza a frequência de 60 hertz e o nosso monitoramento é em cima dessa frequência. Se há um desvio dessa frequência significa que você está gerando energia demais ou de menos. Você tem que manter sempre ali a frequência de 60 hertz, pra evitar dessincronia de todo o sistema. Talvez esse exemplo da transmissão de energia seja mais fácil pras pessoas entenderem por que é complicado e porque esse processo inflacionário é tão complicado de ser controlado. Justamente porque os seus agentes são aleatórios.

Francisco Seixas:

Mas, olha só. Para gente não se estender muito mais no assunto, nós vamos apenas mencionar os demais “papais do Plano Real”. Um deles foi o Gustavo Franco, o criador da chamada “âncora cambial”, que atrelava a dívida interna brasileira ao dólar e não ao real, e que mais tarde se tornou Presidente do Banco Central no governo do Fernando Henrique Cardoso, no primeiro mandato dele. Outro de grande importância foi o Edmar Becha, um dos principais coordenadores do curso de economia da PUC-Rio, e que foi Presidente do BNDES durante o governo do FHC. Também vale destacar a participação de Pedro Malan, também professor da PUC-Rio, que foi Presidente do Banco Central durante o governo do Itamar Franco e Ministro da Fazenda dos governos do Fernando Henrique Cardoso, primeiro e segundo mandato dele. Essas pessoas devido a sua participação direta no governo do Fernando Henrique Cardoso tiveram uma contribuição vital para a consolidação do Plano Real, após a sua implementação em 1º de julho de 1994.

[ENCERRAMENTO]